



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 22

-----Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no Edifício Sede da Lógica Empresa Municipal em Moura, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **José Gonçalo Garradas Valente**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.^a Maria de Lurdes Soares.-----

-----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura realizada em nove de setembro de dois mil e quinze-----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA-----

-----Agradecimento da União de Freguesias de Moura e Santo Amador pelo contributo e colaboração prestada na edição do ATL de Verão-----

-----Agradecimento da Escola Profissional de Moura pela disponibilidade da Câmara Municipal de Moura na aceitação de alunos para a realização de Prática Simulada-----

-----Apresentação de cumprimentos de início de funções do Alcaide do Ayuntamiento de Rosal de la Frontera, António Carlos Vásquez e proposta de visita a Moura-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de aprovação de nova versão do contrato-programa a estabelecer com a LÓGICA, E.M.-----

-----Proposta de extinção do contrato de compra e venda celebrado entre o Município de Moura e Cláudia Francisca dos Santos Marujo-----

-----Proposta de Contração de Empréstimo para Apoio ao Investimento PLANO - EM DEFESA DAS NOSSAS TERRAS-----

-----DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO-----

-----Proposta de atribuição de verba à Associação dos Bombeiros Voluntários de Moura pela colaboração prestada pelos nadadores-salvadores na Piscina Municipal de Moura nos meses de agosto e setembro de 2015-----

-----Proposta de aprovação da lista de alunos selecionados pelos estabelecimentos de ensino no âmbito de atribuição do Prémio de Mérito Escolar ano letivo 2014-2015-----

-----Proposta de atribuição de verba à Sociedade Monumental Sobralense para pintura da sede da Instituição-----

-----Proposta de isenção do pagamento de almoço para os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico com o 2º escalão do abono de família (escalão B da ASE - Ação Social Escolar) no ano letivo de 2015/2016-----

-----Proposta de atribuição de Bolsa de Estudo para o Ensino Secundário Artístico para o ano letivo 2015/2016-----

-----Proposta de atribuição de 3 Bolsas de Estudo para o Ensino Superior para o ano letivo 2015/2016-----

-----Proposta de renovação do acordo de colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Amareleja para as atividades de Animação e de Apoio à Família – AAAF-----

-----Proposta para as comemorações do Dia Internacional do Idoso-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

DIVISÃO OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO

Liberação de caução relativa à Empreitada de Requalificação dos Espaços Públicos em Moura

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana do núcleo antigo da cidade de Moura

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara deu início a este período, começando por informar acerca da presença em Moura do Alcaide de Olivença, na sequência de contactos regulares com este ayuntamiento que passariam a ser estreitados dada a existência de projetos comuns, entre os dois municípios, no âmbito da Associação Transfronteiriça Terras do Grande Lago de Alqueva que iriam a ser incrementados durante o presente quadro comunitário. O Presidente informou ainda da cooperação a prestar pelo Museu Nacional de Arte Antiga no estudo e publicação dos frescos, ainda inéditos, da Igreja do Espírito Santo; em terceiro lugar o Presidente sublinhou a importância da realização da segunda edição dos prémios de Mérito Escolar, a ter lugar no dia 26 de setembro, em Moura. Para finalizar o Presidente congratulou-se face à nomeação da Exposição – “Água Património de Moura”, para os prémios da Revista Mais Alentejo, cuja sessão de entrega decorreria no Teatro Nacional de S. Carlos no dia 6 de novembro, acrescentando que o facto de estar nesta lista “curta” seria já um sinal de reconhecimento pelo trabalho feito.

Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 01/22-----

-----Foi presente resumo diário n.º 177, da Tesouraria, referente ao dia 22/09/2015, que regista um saldo de 841.361,04€, em Operações Orçamentais.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REALIZADA EM NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE-----

-----Colocada à discussão e análise a ata nº 21 da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Moura realizada em nove de setembro foi a mesma colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA-----

-----AGRADECIMENTO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR PELO CONTRIBUTO E COLABORAÇÃO PRESTADA NA EDIÇÃO DO ATL DE VERÃO-----

-----DOC.02/22

-----Foi presente ofício remetido pela União de Freguesias de Moura e Santo Amador a agradecer à Câmara Municipal o contributo e colaboração prestada na edição dos Ateliers de Tempos Livres que decorreram nos meses de verão.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----AGRADECIMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE MOURA PELA DISPONIBILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA NA ACEITAÇÃO DE ALUNOS PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICA SIMULADA-----

-----DOC.03/22

-----Foi presente ofício, remetido pela Escola Profissional de Moura a agradecer a disponibilidade da Câmara Municipal de Moura, na aceitação de alunos dos cursos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

vocacionais para a realização de prática simulada, que decorreu entre os dias 3 e 28 de agosto do presente ano. -----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE INÍCIO DE FUNÇÕES DO
ALCAIDE DO AYUNTAMIENTO DE ROSAL DE LA FRONTERA, ANTÓNIO
CARLOS VÁSQUEZ E PROPOSTA DE VISITA A MOURA**-----

-----**DOC.04/22**

-----No âmbito do início de funções do novo Alcaide do Ayuntamiento de Rosal de la Frontera, António Carlos Vásquez, foi presente ofício a apresentar cumprimentos.-----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE NOVA VERSÃO DO CONTRATO-
PROGRAMA A ESTABELECEER COM A LÓGICA, E.M.**-----

-----**DOC.05/22**

-----Foi presente proposta de aprovação de nova versão do contrato-programa a estabelecer com a Lógica, E.M.-----

-----No âmbito do assunto em apreciação, o vereador António Gomes que questionou o Presidente no sentido deste opinar sobre a eventual incompatibilidade da sua parte pelo facto de ser o Presidente da autarquia e também o Presidente do Conselho de Administração da Lógica, em participar quer na presente discussão quer na sua votação, sublinhando que esta questão já havia sido bastante esmiuçada e debatida na última sessão da Assembleia Municipal. Transmitiu que do ponto de vista dos vereadores do Partido Socialista, a referida incompatibilidade verificava-se por contrariar o princípio da imparcialidade constante no art.º 266º da Constituição da República Portuguesa e também o art.º69º do Código do Procedimento Administrativo na parte relativa às causas de impedimento dos titulares de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

órgãos da Administração Pública, onde se encontrariam tipificadas as situações em que essa mesma incompatibilidade se verificava. Contudo, acrescentou, ter consciência de que a presença do Presidente na discussão a valorizava, questionando contudo se o Presidente se responsabilizaria pelo facto de estar a discutir e votar uma matéria que, eventualmente, à face da lei o não poderia fazer. -----

-----O Presidente da Câmara começou por referir que, desde há muitos anos, assumia em pleno as suas responsabilidades no âmbito das funções que lhe estavam inerentes, quer como vereador, quer como Presidente da Câmara Municipal, referindo que todas as ameaças veladas feitas ao longo dos tempos, bem como todas as pequenas dúvidas que haviam vindo a surgir, não seriam atuais, mas sim do momento em que o processo da Central Fotovoltaica tinha arrancado no ano de 2000/2001, tendo subsistido neste âmbito sempre dúvidas. O Presidente retorquiu ainda que se sentia confortável na posição que detinha, enquanto Presidente da Câmara, assumido sempre estes processos dos contratos-programa, da Lógica, Comoiprel, ou da Herdade da Contenda Esclareceu que quanto aos mesmos inexistiu levantar qualquer tipo de dúvida, pelo que, as atualmente suscitadas, em sua opinião de carácter filosófico ou moral, apesar de as respeitar, não o impediam de continuar a conduzir os trabalhos, participar nas discussões e nas votações, referindo assumir plenamente as suas responsabilidades.-----

-----Ainda no âmbito do assunto em discussão o vereador António Gomes aludiu que neste caso, depois das explicações dadas pelo Presidente, e do assumir das suas responsabilidades, os vereadores do Partido Socialista não recusariam de forma alguma a discussão e apreciação desta matéria que se apresentava de grande importância, quer para a Empresa Municipal Lógica, quer para o município, salientando contudo não se tratar duma questão meramente filosófica, mas sim de legalidade, sendo que nesta última, teria que existir maior rigor. Mencionou ainda, face ao ponto em apreço, que há quinze dias atrás, a presente matéria tinha sido amplamente discutida em sede de Assembleia Municipal, discussão essa que permitiu aprofundar de forma clara



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

aquelas que seriam as posições quer da maioria CDU, quer dos eleitos pelo Partido Socialista, pelo PSD, e pelo grupo de eleitos “Unidos pela Amareleja”. O vereador acrescentou que, nesta discussão, entre outras questões havia sido chamada a atenção sobre a importância do apoio a prestar à Empresa Lógica, bem como do acompanhamento do contrato-programa com um estudo que permitisse a avaliação do ponto de vista estratégico, daquilo que a autarquia planeava concretamente para traçar o futuro desta empresa municipal. Face à nova versão agora apresentada do contrato-programa, em que nada era referido acerca de novas estratégias, nem do que se pensava ser o futuro da Lógica, solicitava esclarecimento do facto do documento em apreciação ser novamente presente a reunião de Câmara, sem que aparentemente nada de significativo tivesse sido alterado nestas duas semanas. -----

-----O Presidente clarificou que a condução destes processos na autarquia caberia a si, enquanto Presidente, em primeiro lugar assumindo todas as responsabilidades, não só do ponto de vista político como a outros níveis face ao que a Câmara entendia por “bem fazer”. Mais afirmou que compreendia ser necessário um estudo estratégico, um estudo tático, ou mais uma reflexão ou um parecer aludindo que esta seria uma argumentação que se vinha a repetir desde o mandato de 2005/2009 quando o processo da Central Fotovoltaica estava num momento crucial de tomada de decisões, precisamente quando estas últimas se apresentavam mais necessárias. O Presidente esclareceu que um contrato-programa não seria um apoio, mas sim uma permuta de serviços que estariam devidamente explanados naquilo que na presente altura se entenderia ser o necessário, a Câmara entendia que este seria um processo e um projeto com futuro ainda que à partida pudesse parecer que estes não tivessem viabilidade ou continuidade. Ainda acerca do assunto em discussão o Presidente mencionou duas notas que pretendia fazer ressaltar, referindo que esta seria, antes de mais, uma discussão política, em primeiro o Partido Socialista entendia que a privatização da Lógica seria o caminho a seguir, que tratar-se-ia de uma tomada de posição perfeitamente legítima, em sua opinião,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

e tendo em conta que seria a primeira vez que estes se manifestavam, nunca tendo até ao momento clarificado a sua posição. A segunda nota teria a ver com um *“simulacro de discussão”* porque, em todas as deliberações de carácter estratégico o Partido Socialista traria de antemão uma declaração de voto devidamente escrita e assinada, que em sua opinião faria com que a discussão fosse apenas e só um *show off* e um simulacro daquilo que todos já haviam decidido. Mais acrescentou que, em relação ao futuro da Lógica, e ao futuro das outras empresas municipais, aquilo que a autarquia procurava e precisava seria de encontrar um caminho numa altura em que este setor atravessava em toda a Europa grandes dificuldades, dando como exemplo a Moura Fábrica Solar que de momento se apresenta num processo de paragem, cujas razões se encontravam devidamente explanadas nos *sítes* da Comissão Europeia, constatando-se de facto a existência de um retrocesso, à semelhança do que aconteceria com a Lógica, que teria tido um passado mais difícil do que neste momento, com adjudicações superiores a cem mil euros no ano corrente o que representava um ganho, um dado significativo e um avanço em relação a anos anteriores. -----

-----Ainda no âmbito do assunto em discussão, pediu de novo o uso da palavra o vereador António Gomes para realçar que nestes dois últimos anos em que integrava a vereação, poderia dizer que o seu contributo face à empresa Lógica, tinha sido sempre numa perspetiva construtiva, sendo no seu entender que, o apontar dos problemas que a Lógica estaria a ter não seria, a seu ver, destrutivo, isto porque o entendimento dos vereadores do Partido Socialista era de que esta empresa se apresentava importante e que implicando salvaguardá-la, o que não significaria que quem pensa de forma diferente pretenda “deitar abaixo” aquilo que a Câmara pretendia realizar, referindo que a questão efetivamente política, porque existiam visões diferentes, mas não de cariz partidário. O vereador afirmou ainda que, aquilo que o Partido Socialista desejava para a Empresa Lógica, seria a sua privatização, recordando que no ano transato, aquando da discussão do mesmo contrato, se colocara a questão do elevado peso para os cofres da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

autarquia das verbas. Relembrou que o administrador na altura, Dr. Helder Pancadas, teria alertado para aquilo que estaria em causa e que seria tentar que no próximo ano (2015) já não fosse necessário a Câmara gastar mais dinheiro com a empresa por estar a trabalhar no sentido da sua privatização, não tendo na altura, ouvido da parte do Presidente qualquer discordância face à afirmação do então administrador, na reunião de Câmara em que o assunto teria sido discutido. O vereador António Gomes afirmou que, por considerar ser a Empresa Lógica importante, os vereadores do Partido Socialista traziam à presente reunião, uma proposta que os vereadores colocariam como “condição” para concederem o seu voto favorável ao presente contrato-programa, que passou a ler. (doc.06/22) -----

-----Neste âmbito o Presidente, transmitiu que o seu voto seria negativo face à contraproposta apresentada, uma vez que não poderia aceitar uma proposta que continha uma falsidade grave, acrescentando que o vereador António Gomes havia feito há dias declarações a seu respeito que seriam falsas, em relação ao que este teria dito acerca dos empréstimos, voltando a faltar à verdade no documento que acabara de ler, ao afirmar que o Administrador da Lógica havia sido dispensado, coisa que não se verificou, teria havido sim uma demissão por parte da pessoa que ocupava o cargo, e que entendera não ter condições para continuar no mesmo.-----

-----O vereador António Gomes pediu para intervir a fim de fazer uma chamada de atenção face àquilo que se interpretaria como “desvirtuar” e que teria a ver com aquela que seria a missão da empresa Lógica, verificando que a mesma estaria a ser completamente “desfocada”. Frisou que ao observar o contrato-programa, este apresentava um role de incumbências para a empresa completamente à margem daquela que seria a sua missão, acrescentando ainda que em ciência empresarial seria bem sabido que quando uma organização se desfocava da sua orientação, esta estaria “arrumada”, coisa que o Partido Socialista não desejava ver acontecer, pretendendo antes que a Lógica se concentrasse naquilo que seria o *core business* da mesma e dessa forma poder ter uma evolução natural, ao invés de desperdiçar os seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

recursos humanos a desempenhar tarefas completamente fora daquela que se apresentava ser a sua missão e para a qual a empresa teria sido criada. -----

-----O Presidente retorquiu que a questão do *core business* havia sido muitas vezes repetida em reuniões anteriores, e, apesar de não ter formação em gestão empresarial, do seu conhecimento esta se faria em mais de noventa por cento de bom senso e de capacidade de análise da realidade existente. Dentro desta área a preocupação, aludiu o Presidente, tendo sido uma delas, dentro do âmbito do *core business* o que seria a certificação, onde a autarquia teria a possibilidade, tendo recorrido a todas as entidades do país, desde a Moura Fábrica Solar ao Programa MIT Portugal, chegando à conclusão que a capacidade da mesma apenas cingida ao referido *core business* do ponto de vista empresarial estaria seriamente limitado, logo, uma equipa pequena como esta se apresentava, teria obrigatoriamente de ser flexível a vários níveis, só assim conseguindo resistir num domínio de flexibilidade nas áreas em que se enquadrava. -----

-----O vereador António Gomes disse discordar duma referência feita pelo Presidente relativamente à dispensa do Dr. Helder Pancadas e que eventualmente poderia não estar exata, contudo, da conversa que os vereadores do Partido Socialista haviam tido com o mesmo, teria sido essa a sensação que ficara. Relativamente à questão do empréstimo, e ao entendimento do Presidente face a coisas que o vereador teria dito, o mesmo aludiu que se havia limitado a falar de fatos ocorridos, sendo um deles um artigo do Jornal "A Planície" acerca da inexistência de mais empréstimos para o ano 2015, tendo o Presidente disposto a trazer o referido artigo para que este fosse observado, o que, até à data não se veio a verificar. Entretanto, da análise feita ao texto constante do documento referente ao Orçamento da Câmara para 2015, na página dezasseis verificava um excerto, em que seria mencionado um empréstimo bancário cujo montante máximo iria até ao valor de novecentos e noventa mil euros, pelo que o vereador se teria limitado a constatar que, quer no documento presente à reunião de Câmara, quer no documento preparatório, a indicação de que haveria a contração de um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

empréstimo até ao valor mencionado anteriormente e depois, segundo também a sua interpretação do artigo publicado no Jornal “A Planície”, onde era dito que não haveria mais empréstimos, foi tal incongruência que se havia limitado a mencionar na reunião de Câmara a que o Presidente fez alusão.-----

-----Para finalizar o Presidente referiu que dado não ter na sua posse cópias do artigo publicado no Jornal “A Planície”, comprometeu-se a enviá-las por email a todos os presentes na reunião, afirmando ter dito exatamente o contrário e que tal se poderia confirmar através da leitura dos referidos documentos. Observou ainda o Presidente que as críticas dos vereadores do Partido Socialista não se apresentavam construtivas, mas pretendia apenas que ficasse clarificado quais as diferenças de opção, nomeadamente em relação à presente questão da privatização que, repetia, não ter visto até à presente data qualquer documento que comprovasse que, a existir privatização ocorreria fluxo monetário, afirmando ainda que a Câmara teria capacidade e flexibilidade para aceitar opiniões, bastando para tal a apresentação de um estudo ou uma proposta devidamente estribada. Mais aludiu que as opções estariam sempre relacionadas com o passado, não se devendo olhar para o futuro sem que se entenda o passado, sendo esta máxima válida para tudo na vida, inclusivamente na atividade política, referindo a presença do vereador em várias etapas deste percurso. -----

-----Seguidamente pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para, depois de reiterar cumprimentos a todos os presentes, particularmente aos trabalhadores da empresa Lógica, pretendeu abordar a questão do “diz e não diz”, na qual constariam alguns laivos de indelicadeza da parte do Presidente, tratando-se dum confronto do que estaria escrito, explanando uma determinada vontade aquando da preparação do documento do orçamento, do artigo publicado no Jornal “A Planície” e de diversas declarações. Mais referiu ser sua opinião que o “lançamento de farpas” não conduziram à resolução do problema. No respeitante à recusa do Presidente em aceitar a proposta dos vereadores do Partido Socialista, afirmou já esperar esta decisão, independentemente de voltar atrás e relembrar que a participação do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Presidente no debate seria, em sua opinião, absolutamente ilegal, e, que tal poderia vir a ser declarado, independentemente do tempo em que isso ocorreria. Mais aludiu que, o Presidente não poderia, no presente momento, referir que o Partido Socialista se apresentava contra a empresa Lógica, ou que existia falta de boa vontade ou ainda que existiam projetos de intenção ligados ao passado, alegando que quando se apresenta uma proposta que o Presidente acabara de recusar em aceitar, em que era proposto um horizonte de um ano e três meses, seguramente não iria querer que fossem os vereadores do Partido Socialista a preparar um estudo, o que em seu entender deveria ser executado pela Câmara Municipal, acrescentando que ao chegar ao final do ano 2016 e concluindo-se que a privatização parcial ou total da Lógica não se verificasse ser o caminho certo e que entretanto nesse mesmo período a mesma tivesse sido capaz de retomar capacidade operacional que a tornasse independente ou muito próximo disso seguramente, referiu o vereador, se encontrariam consensos para o caminho mais adequado no momento, lamentando que o Presidente lançasse por terra a oportunidade de viabilizar uma possibilidade diferente. -----

-----O Presidente sublinhou que as opiniões dos vereadores do Partido Socialista seriam processos de intenção em relação a si, acrescentando que esta havia sido uma estratégia que havia falhado no atual mandato, ou seja, a tentativa de provocação havia fracassado, bem como a tentativa de fazer passar essa mensagem. Mais aludiu que quanto à questão da indelicadeza não se revia nas palavras do vereador Francisco Canudo Sena afirmando que se limitaria a ser firme e determinado no que dizia, fazendo-o de forma direta e clara. Continuou mencionando ser interessante ouvir o vereador a falar em votar um projeto de intenção quando teria sido isso precisamente que este não havia feito aquando do processo respeitante ao Convento do Carmo; já no que ao empréstimo dos novecentos e noventa mil euros dizia respeito, aludiu ver-se no intento de escrever um texto de forma a que se percebesse o que estaria no orçamento e que correspondia exatamente ao que seria a intenção. Para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

terminar, o Presidente referiu que, no dizia respeito ao consenso e ao diálogo, ter imensa experiência de diálogo e de estabelecimento de consensos.-----

-----Após conclusão das intervenções sobre o assunto, o Presidente colocou à votação as duas propostas em alternativa, primeiramente a proposta subscrita pelos vereadores do Partido Socialista e seguidamente a proposta da nova versão do contrato-programa apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E QUATRO VOTOS CONTRA DOS ELEITOS DA CDU, NÃO APROVAR A PROPOSTA SUBSCRITA PELOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA.-----

-----DELIBERADO, POR QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA, APROVAR A NOVA VERSÃO DO CONTRATO-PROGRAMA A ESTABELECEER COM A LÓGICA E. M. E SUBMETER À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PROPOSTA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MOURA E CLÁUDIA FRANCISCA DOS SANTOS MARUJO -----

-----No respeitante ao documento em apreciação, o vereador Francisco Canudo Sena observou ser crucial, para análise do pedido, o conhecimento da carta da requerente, a qual não teria sido enviada aos vereadores do Partido Socialista. -----

-----O Presidente referiu que o documento seria retirado e reagendado para a próxima reunião de Câmara.-----

-----DOCUMENTO RETIRADO-----

-----PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA APOIO AO INVESTIMENTO PLANO - EM DEFESA DAS NOSSAS TERRAS -----

----- DOC.07/22

-----Foi presente proposta de aprovação de contração de empréstimo para apoio ao investimento - Plano em Defesa das Nossas Terras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No âmbito do assunto supracitado pediu o uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena, para transmitir a sua incompreensão face ao retorno do presente assunto a discussão de Câmara, referindo que se a questão estivesse relacionada com o ponto um do documento, que se apresentava respeitante à questão da Proteção Civil, considerava o mesmo não ser o suficiente para o seu regresso à presente reunião, estando no seu entender a existir uma confusão entre o que seria a Proteção Civil e os Bombeiros, dado estes últimos serem uns dos agentes de Proteção Civil, contudo para serem considerados Proteção Civil faltar-lhes-ia ainda muito, existindo diferenças substanciais. Mais acrescentou que perante a inexistência de um efetivo serviço de Proteção Civil a funcionar neste município, considerava desnecessário que se tentasse alienar sobre os Bombeiros um conjunto de responsabilidades que não seriam da sua competência. O vereador Francisco Canudo Sena aludiu ainda com toda a clareza e frontalidade, que na sua opinião, o Presidente estaria a utilizar o termo Bombeiros como coação para a aprovação do empréstimo, uma vez que sendo ainda comandante do quadro de Honra dos Bombeiros, o Presidente da Assembleia Municipal era Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários, confessando não lhe parecer que esta situação, a ser assim fosse razoável. Acerca das restantes questões, afirmou já terem sido anteriormente discutidas de forma bastante profunda pelo que não iria inclinar-se sobre nova análise dado que não havia mudado de opinião. -----

-----Sobre a opinião manifestada pelo vereador o Presidente referiu que: "Em relação às verbas que estão previstas nesta contração de empréstimo, eu gostaria de explicar e deixar claro que dizem respeito a cinco tópicos ou cinco áreas completamente diferentes; uma a aquisição de equipamentos no âmbito da Proteção Civil, um investimento total no valor de cem mil euros; a segunda de habitação social, a reabilitação do Bairro do Carmo, cento e cinquenta mil euros e as reabilitações no âmbito do projeto Ágora o que totaliza duzentos mil euros para este item; depois a reabilitação patrimonial – Igreja de Safara no valor de cento e setenta e cinco mil euros, a Igreja da Estrela no valor de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

sessenta mil euros, o que totaliza duzentos e trinta e cinco mil euros; o parque de máquinas da Câmara Municipal de Moura – renovação, uma aquisição de autocarro no valor de cento e vinte mil euros, uma mini retroescavadora no valor de quarenta mil euros e um aparelho multifunções no valor de quarenta mil euros, o que totaliza duzentos mil euros; e depois as vias de comunicação com a reabilitação da Ponte do Coronheiro no valor de cento e cinquenta mil euros, pavimentações em todas as localidades do concelho, duzentos e vinte e cinco mil euros, e reparações em estradas e caminhos municipais o valor de setenta e cinco mil euros o que totaliza quatrocentos e cinquenta mil euros, um valor total de investimento de um milhão, cento e oitenta e cinco mil euros, porque é que nós avançamos para um pedido de empréstimo e não para a utilização de verbas em orçamento, quem afirma ou quem faz a afirmação de que podemos utilizar o orçamento manifestamente, em bom português, não tem a mínima noção do que está a falar, a mínima, e não tem a mínima noção do que está a falar porque os orçamentos municipais para além daquilo que está no orçamento que é um documento de previsão estão depois sujeitos a um constrangimento permanente que é a possibilidade de termos ou não fundos disponíveis em quantidade suficiente em cada mês, nós temos, e isso foi explicado numa reunião que nós tivemos com a Direção dos Bombeiros, eu estas coisas como deve calcular falo com o senhor Presidente da Direção e não com o senhor Comandante do Quadro de Honra, em que foi explicado que os fundos disponíveis numa Câmara Municipal como a de Moura rondam um milhão e duzentos mil euros por ano, mais coisa menos coisa, tem flutuações, um milhão e duzentos mil euros é um mês bom e que daí há que depois ir subtraindo parcelas, vencimentos, gasóleo, EDP, reparações de equipamentos, associativismo, associações de pais, comunicações, seguros, água naturalmente, a Resialentejo e portanto quando nós pegamos nessas verbas que são fixas, e que são as verbas que são do orçamento nós chegamos ao final do mês muitas vezes com um saldo remanescente em termos de fundos disponíveis de zero, ou de cem euros, ou de duzentos euros, ou mil ou dois mil, normalmente a zero não fica por razões de prudência do ponto de vista de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

gestão financeira. Mas é evidente, que com uma margem tão curta, nós não conseguimos ir buscar as verbas que estão no orçamento efetivamente elas estão lá, nós podemos pô-las no orçamento, tudo isto que aqui está pode passar para o orçamento, a real capacidade duma Câmara Municipal depois de concretizar esse orçamento e passá-lo a obra é muito diminuta e daí, o facto de nós utilizarmos as verbas que estão nos empréstimos, porque os empréstimos implicam, tal como muitas vezes foi dito, uma disponibilidade de tesouraria que permite com que as obras sejam feitas num curto prazo. Em relação aos Bombeiros não há qualquer, a palavra e expressão coação, é do vereador Canudo Sena, não é minha, não me enquadro nela nem vejo onde ela possa ter enquadramento nesta questão, o que é evidente é que os equipamentos que estão previstos são equipamentos para serem cedidos a custo zero aos Bombeiros, é aquilo que aqui está, aquisição de equipamento em articulação com os Bombeiros Voluntários de Moura por uma razão muito simples, porque do ponto de vista formal e legal não pode ser de outra forma, portanto nós continuaremos calmamente a insistir naquilo que nos parece que é, são investimentos absolutamente necessários para o futuro do concelho, que podem caber num orçamento municipal mas que depois não encontram tesouraria disponível no orçamento municipal, e que portanto só podemos resolver desta forma e não de outra, e continuaremos a insistir junto da Câmara Municipal, junto da Assembleia Municipal e sobretudo clarificando tudo aquilo que é necessário clarificar junto dos nossos munícipes.”-----

-----Seguidamente pediu a palavra o vereador António Gomes para manifestar a sua opinião face a uma afirmação feita pelo Presidente, que, do ponto de vista técnico lhe pareceria ser incorreta, dado que quando este afirmara que quando se propõe que o conjunto de intervenções possam ser inscritas em sede de orçamento que isso seria feito por desconhecimento, o que não correspondia à verdade. O Presidente esclareceu que o que teria dito em relação à inscrição em matéria de orçamento seria que o facto de estar inscrito nesse documento, não implicava a sua capacidade de execução imediata, sendo que uma coisa era estar inscrito em orçamento o que não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

implicaria a real e efetiva capacidade que a autarquia tivesse depois de converter tudo em obra por causa dos fundos disponíveis, ao passo que, se o município inscrevesse os investimentos em causa para os quais a Câmara não teria disponibilidade financeira no orçamento, logo, se estes fossem inscritos através do empréstimo isso implicaria disponibilidade financeira imediata. O vereador António Gomes disse recordar-se daquilo que o Presidente teria referido, antes do agora mencionado, afirmando que seria por desconhecimento, pelo que o Partido Socialista após análise às contas da autarquia teria bem presente as dificuldades que o executivo encontraria em conseguir fundos disponíveis para avançar com as intervenções, afirmando que isso resultaria da gestão feita nos últimos anos, que havia conduzido a autarquia à presente essa situação. Apreciadas as contas do ano 2012, as despesas de capital tinham na altura um peso de 40% no orçamento, no ano de 2013 já teriam tido um peso de 32%, em 2014 de 28%, o que em sua opinião significava que o modelo de gestão adotado, quer em termos da opção pelos investimentos efetuados ao longo dos anos, quer como por um outro conjunto de princípios de gestão adotados resultariam na presente situação, em que se verificava que mais de 72% das verbas disponíveis para a autarquia seriam gastas em despesas correntes, pelo que achava que uma autarquia nesta situação se encontrava “asfixiada” e face à Lei dos Compromissos, os fundos disponíveis tinham possibilidade de recebimento nos noventa dias imediatos à efetivação da despesa o que naturalmente levaria a uma grande dificuldade na disponibilização de verbas para o investimento, situação que, na opinião do vereador necessitava ser invertida, referindo não ter, nestes dois anos, observado nada no sentido da inversão da situação. Continuou frisando que o quadro que se apresentava era o de uma autarquia cujas verbas que recebia se destinavam a despesas correntes e qualquer intervenção que necessitasse teria sempre que ser com recurso a empréstimos, situação que julgava não ser saudável para o município sendo precisamente o que os vereadores do Partido Socialista pretendiam contrariar.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente, face à opinião manifestada sobre o assunto pelo vereador António Gomes, mencionou que o que estaria subjacente à diferença de estrutura de investimento verificado antes e depois, teria justamente a ver com a Lei dos Compromissos e com uma filosofia e um padrão que tinha sido completamente alterado a partir da já referida Lei dos Compromissos. Mais aludiu que o que acontecia seria que até à introdução desta lei, a autarquia podia fazer a gestão com base no orçamento, contudo, a partir desse momento tal deixou de ser possível, daí o surgir do pedido de empréstimo. Sublinhou que o que levava uma autarquia a recorrer cada vez mais a estas situações seria o facto do ponto de vista programático, que o Secretário de Estado da Administração Local definiu, bem como o que os sucessivos governos vinham a limitar, apresentando-se com uma margem cada vez menor de investimento, precisamente para obrigar as Câmaras Municipais apenas e só, a fazerem tarefas rotineiras e de despesa corrente.-----

-----Pedi a palavra o vereador António Gomes que referiu que o problema não seria a Lei dos Compromissos, reconhecendo porém que esta criava limitações desde logo porque obrigaria a que só pudessem ser utilizados como fundos disponíveis os relativos aos noventa dias seguintes, no entanto, o problema de raiz, na sua opinião, não seria esse, mas sim o facto de não haver dinheiro para investimento, e não existia esse dinheiro porque as despesas correntes vinham a crescer, alertando que esse caminho deveria ser racionalizado, devendo haver princípios de gestão que permitissem que a autarquia não ficasse asfixiada por um volume astronómico de custos que naturalmente a impediriam sempre de avançar para investimentos, excetuando a contração de empréstimos, salientando ser neste ponto concreto que existia a discordância entre os vereadores do Partido Socialista e os vereadores em permanência na Câmara. -----

-----O Presidente informou ainda que no próximo ano, a autarquia iria ter mais despesa corrente, porque até ao presente momento as Águas Públicas do Alentejo não haviam cobrado à Câmara Municipal as despesas de funcionamento das E.T.A.R.s, nem tudo aquilo que seria imputável a uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Câmara Municipal pelo facto de ter E.T.A.R.s, informando que a partir do próximo dia 1 de outubro seriam todas das Águas Públicas do Alentejo, essa despesa nunca entrara em linha de conta, quando esta última começar a fazer a cobrança dessa despesa, essa, que será despesa corrente, a qual se irá aproximar de meio milhão de despesa anual.-----

-----DELIBERADO, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O APOIO AO INVESTIMENTO – PLANO EM DEFESA DAS NOSSAS TERRAS E AINDA SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO-----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOURA PELA COLABORAÇÃO PRESTADA PELOS NADADORES-SALVADORES NA PISCINA MUNICIPAL DE MOURA NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2015 -----

----- DOC.08/22

-----No âmbito da colaboração prestada pelos nadadores-salvadores da corporação dos Bombeiros Voluntários de Moura, nos meses de agosto e setembro, foi presente proposta de pagamento de mil e quatrocentos euros. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA LISTA DE ALUNOS SELECIONADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ÂMBITO DE ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO DE MÉRITO ESCOLAR ANO LETIVO 2014-2015 -----

----- DOC.09/22

-----No âmbito de atribuição do prémio de mérito escolar 2015/2016, foi presente proposta de aprovação da lista de alunos selecionados pelos estabelecimentos de ensino. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA À SOCIEDADE MONUMENTAL SOBRALENSE PARA PINTURA DA SEDE DA INSTITUIÇÃO-----

----- DOC.10/22

-----Foi presente proposta do vereador Joaquim Simões a atribuição de verba no valor de duzentos e quarenta euros, à Sociedade Monumental Sobralense para pintura da sede da instituição.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE ALMOÇO PARA OS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO COM O 2º ESCALÃO DO ABONO DE FAMÍLIA (ESCALÃO B DA ASE - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR) NO ANO LETIVO DE 2015/2016 -----

----- DOC.11/22

-----Foi presente proposta de isenção do pagamento de almoço para os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico com o 2º escalão do abono de família (escalão B da ASE - Ação Social Escolar) no ano letivo de 2015/2016.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO ARTÍSTICO PARA O ANO LETIVO 2015/2016 -----

----- DOC.12/22

-----No âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Secundário Artístico, foi presente proposta de abertura de concurso para atribuição de uma bolsa de estudo, para o ano letivo 2015/2016.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE 3 BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2015/2016-----

----- DOC.13/22

-----No âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, foi presente proposta de abertura de concurso para atribuição de três bolsas, para o ano letivo 2015/2016. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE AMARELEJA PARA AS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – AAFF -----

----- DOC.14/22

-----Considerando as Atividades de Animação e de Apoio à Família nos Jardins de Infância de Amareleja, Póvoa de S. Miguel e Safara, foi presente proposta de renovação do acordo de colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Amareleja para as atividades de animação e de apoio à família – AAFF. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PRESENTE PROPOSTA. -----

-----PROPOSTA PARA AS COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DO IDOSO -----

-----DOCUMENTO RETIRADO -----

-----DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO-----

-----LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO RELATIVA À EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM MOURA -----

----- DOC.15/22



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No âmbito da empreitada de requalificação dos espaços públicos em Moura, foi presente proposta de liberação de caução, no valor de 30%, ao abrigo do D.L.nº190/2012 de 12 de agosto.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO, NOS TERMOS DO PARECER DO CHEFE DA DOMC, EXARADO NA INFORMAÇÃO Nº172/2015 DE 17/09/2015.** -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA-----

-----**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO NÚCLEO ANTIGO DA CIDADE DE MOURA**-----

----- **DOC.16/22**

-----Foi presente à Câmara Municipal proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo da Cidade de Moura.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO NÚCLEO ANTIGO DA CIDADE DE MOURA E AINDA SUBMETER À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----**PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO**-----

-----O Presidente iniciou este período passando a palavra à munícipe Marina Augusta Escoval Moita, residente em Santo António da Pipa em Moura, a qual deu conhecimento da sua preocupação sobre a inexistência de Comissão de Festas em Honra de Nª Srª do Carmo para o ano 2016, sugerindo que fosse a própria Câmara Municipal a assegurar a realização da mesma, disponibilizando-se para a sua contribuição pessoal.-----

-----O Presidente agradeceu o contributo da munícipe, informando que este ficaria registado em ata e seria alvo de reflexão em posteriores reuniões. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente deu como encerrado este período.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e quinze minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 23 de setembro de 2015

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____